



Cercado de ministros sorridentes, Itamar encerrou a primeira reunião com sua equipe no Planalto, após ser empossado

Haddad explica o plano econômico

■ Ministro do Planejamento mostrará como governo pretende consertar a economia

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento e Fazenda, Paulo Haddad, irá detalhar hoje como o governo pretende executar o programa econômico, anunciado ontem pelo presidente Itamar Franco, que prevê a volta gradual do crescimento econômico, a queda da inflação pelo equilíbrio das finanças públicas, o aumento do emprego, a abertura de financiamentos para a construção civil, incentivos para a agroindústria, a recuperação do poder de compra dos salários e a queda dos juros. Para o ministro, a atual política recessiva não está surtindo efeitos e, como resultado, a renda média do brasileiro caiu 9% desde 1989.

Para Haddad, o plano se sustentará em três pilares: aprovação do ajuste fiscal pelo governo, o que permitirá ao Banco Central baixar as taxas de juros (o ajuste deverá equilibrar as finanças públicas), recuperação do poder de compra dos trabalhadores (o que estimula o consumo) e adoção de incentivos a setores que empregam muita mão-de-obra (reduz os efeitos da recessão). O ministro destacará em sua entrevista de hoje que o programa é coerente e levará a uma queda da inflação.

Entre outras coisas, Haddad fará apelo aos parlamentares para que aprovelem medidas que resolvam

de uma vez problemas estruturais do setor público que já duram dez anos, como a debilidade da Previdência Social, o "rombo" potencial de US\$ 22 bilhões do Sistema Financeiro da Habitação e a dívida de aproximadamente US\$ 49 bilhões dos estados e municípios com a União e suas estatais (dos quais, cerca de US\$ 5 bilhões em atraso). O presidente dirá aos empresários que a retomada do crescimento caberá ao setor privado, com a garantia do governo de que não mudará nenhuma regra contratual a partir de agora, descartando assim confiscos de poupanças, congelamentos de preços ou pacotes.

O PROGRAMA ECONÔMICO DE ITAMAR

■ Retomada do crescimento, com redução de juros e geração de emprego para os pobres.

■ Garantia da estabilidade das regras e renúncia a bloqueios de poupanças.

■ Recuperação gradual dos salários e aposentadorias, pela nova lei salarial que prevê antecipações a cada dois meses.

■ Equilíbrio definitivo das finanças públicas (pelo ajuste fiscal), o que permitirá a redução dos juros.

■ Lançamento de vários programas sociais, para diminuir os efeitos nocivos da recessão.

■ Manutenção dos programas de abertura comercial ao exterior, des-

regulamentação da economia e aperfeiçoamento da privatização.

■ Manutenção do acordo da dívida externa. Câmbio ao nível atual, para incentivar exportações.

■ Envio de legislação ao Congresso para que retorne ao nível inicial o comprometimento de renda dos mutuários do SFH (geralmente prestação no máximo em 30% do salários).

■ Cobrança, inclusive na Justiça, de dívidas de estados, municípios e empresas estatais que devem ao FGTS.

■ Reforma financeira, inclusive com o fechamento de agências de bancos do governo que fazem concorrência predatória. Reestrutura-

ção do BC, para que cuide só da moeda (deixa de lado consórcios e SFH).

■ Limite à atuação dos bancos estaduais, que não mais poderão financiar os governos estaduais (objetivos políticos).

■ Rígido controle das estatais, inclusive seus salários. Instituição de tarifas públicas sociais (para pobres).

■ Concessão de financiamentos e redução de impostos a indústrias que produzirem bens populares, em troca de garantia de investimentos e abertura de empregos.

■ Alongamento da dívida pública do governo.